



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 370/2024

Processo Número: **27538/2024** | Data do Protocolo: 06/11/2024 19:01:53



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100370034003200320031003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da Consolidação do Regimento Interno, requer seja oficiado a Secretaria de Segurança Pública, Sr. Guilherme Derrite, a prestar esclarecimentos detalhados e acesso às informações referentes aos acontecimentos ocorridos no dia 05 de novembro de 2024, envolvendo a morte de um criança de 04 anos e a execução de um adolescente de 17 anos no morro de São Bento, em Santos:

1. Quais os motivos que motivaram a ação da polícia?
2. Há provas de flagrante delito que motivaram a perseguição? Se sim, quais?
3. Registro das câmeras corporais dos policiais envolvidos no patrulhamento que resultou nas mortes e ferimentos de civis, ocorrido em 05 de novembro de 2024, no morro de São Bento, em Santos.
4. As imagens gravadas pelos policiais estão preservadas e podem ser disponibilizadas na íntegra?
5. Há algum procedimento de auditoria em curso sobre as gravações?
6. Requer exames balísticos e análise de pólvora realizados nas mãos do jovem morto na operação.
7. Qual o resultado detalhado do exame de resíduos de pólvora?
8. Foram realizados testes balísticos comparativos com as armas supostamente encontradas?
9. Exposição das provas materiais relativas à alegada troca de tiros, incluindo armas, munições, drogas, rádios apreendidos e outros.
10. As armas apreendidas foram efetivamente utilizadas na troca de tiros?
11. Há registros fotográficos ou de vídeo das provas no local do crime?
12. Lista completa dos policiais de plantão envolvidos na ação que resultou nas mortes e ferimentos em 05 de novembro de 2024.
13. Quais as identidades e funções específicas dos policiais envolvidos?
14. Algum desses policiais já teve participação em operações de mesma natureza?
15. Qual a justificativa oficial do comandante responsável pela operação?
16. Qual foi a natureza da operação e qual era o objetivo inicial?
17. Houve alguma mudança de estratégia durante a ação?
18. Quais os resultados dos exames de corpo de delito da criança e do adolescente mortos?
19. Os resultados confirmam a presença de lesões compatíveis com armas de fogo utilizadas pelos policiais?
20. Há informações sobre a distância entre as vítimas e o suposto atirador?
21. Requeremos o relatório do Instituto Médico Legal (IML) referente aos mortos e feridos.
22. O laudo confirma a dinâmica do confronto apresentada pela polícia?
23. Existem evidências de que os ferimentos foram causados de perto ou de longe?
24. Solicitamos cópia do Boletim de Ocorrência e Relatório detalhado da ação policial.
25. A narrativa oficial no Boletim de Ocorrência é corroborada por outras provas?
26. Houve acompanhamento da corregedoria durante ou após a operação?





JUSTIFICATIVA

Considerando o impacto das ações de segurança pública e a necessidade de transparência, especialmente na condução de operações que resultem em mortes e ferimentos graves, este requerimento visa obter informações detalhadas e esclarecimentos que promovam uma análise minuciosa e uma eventual responsabilização, se cabível, das condutas policiais.

É de conhecimento público que as forças policiais devem operar com base nos princípios da legalidade, proporcionalidade e respeito aos direitos humanos. No entanto, o episódio mencionado levanta sérias preocupações sobre o uso desproporcional da força e a possível violação de direitos fundamentais, considerando inclusive que uma das balas atingiu uma criança.

O uso desproporcional da violência contra jovens de comunidades carentes, o desrespeito aos direitos humanos e o impacto negativo na confiança da população nas instituições públicas são fatores que não podem ser ignorados.

A gravação das câmeras corporais dos policiais é uma prova direta que pode elucidar as circunstâncias exatas do confronto. Com o uso das imagens, é possível avaliar se os procedimentos seguidos foram de acordo com os protocolos policiais e se houve adequação e proporcionalidade na reação dos policiais.

A realização de exames balísticos e de resíduos de pólvora é essencial para verificar se o jovem morto realmente efetuou disparos ou teve contato com armas de fogo, conforme alegado.

Tais informações também são necessárias para que o legislativo cumpra seu papel de fiscalização e para que os familiares e a sociedade compreendam as circunstâncias e a legalidade das ações realizadas.

A gravação das câmeras corporais dos policiais é uma prova direta que pode elucidar as circunstâncias exatas do confronto. Com o uso das imagens, é possível avaliar se os procedimentos seguidos foram de acordo com os protocolos policiais e se houve adequação e proporcionalidade na reação dos policiais.

A realização de exames balísticos e de resíduos de pólvora é essencial para verificar se o jovem morto realmente efetuou disparos ou teve contato com armas de fogo, conforme alegado.

Por isso, solicito a pronta resposta a este requerimento, a fim de garantir a devida apuração dos fatos e a responsabilização dos envolvidos, conforme os ditames da lei e o princípio de justiça.

O presente pedido visa assegurar a transparência e a prestação de contas das ações de agentes públicos, além de garantir a verificação da legalidade dos procedimentos adotados durante e após os fatos.

Sala das Sessões, 06 de novembro de 2024.





Monica Seixas do Movimento Pretas



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200310032003300330035003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3200310032003300330035003A005000

Assinado eletronicamente por **Monica Seixas do Movimento Pretas** em 06/11/2024 18:59
Checksum: **A4CF52421165D7549F118EF322A4C08A9CFDD975FFBFDB8252127872B6DA6CB7**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3200310032003300330035003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.